

Visibilidade trans/travesti e raça: notas etnográficas sobre a Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) em Belém-PA¹

Trans/transvestite visibility and race: ethnographic notes on the Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) in Belém-PA
Visibilidad trans/ travesti y raza: apuntes etnográficos sobre la Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) en Belém-PA

Gleudson Wirllen Bezerra Gomes²

Resumo: Este artigo analisa uma parte da luta política da Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) para garantir o direito à existência de pessoas trans e travestis em Belém-Pará. As notas etnográficas baseiam-se em dados de pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2020, enfatizando os atos realizados em comemoração ao Dia da Visibilidade Trans de 2019 e 2020. Além disso, utilizo duas entrevistas realizadas com Rafael Carmo e Isabella Santorinne, ambos coordenadores da REPPAT nesse período, tratando da criação e atuação da Rede na cidade. A partir desses dados, evidenciam-se as questões de visibilidade e raça nos referidos atos, o que nos permite compreender um pouco sobre a atuação política da ONG.

Palavras-chave: Pessoas trans/travestis; Visibilidade; Raça; REPPAT.

Abstract: This paper analyzes part of the political struggle of the Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) to guarantee the right of trans people and transvestites to exist in Belém-Pará. The ethnographic notes are based on data from field research carried out between December 2018 and January 2020, emphasizing the acts carried out in commemoration of the Trans Day of Visibility in 2019 and 2020. In addition, I use two interviews conducted with Rafael Carmo and Isabella Santorinne, both REPPAT coordinators during this period, dealing with the creation and performance of the Network in the city. Based on this data, issues of visibility and race are highlighted in these acts, which allows us to understand a little about the NGO's political activities.

Keywords: Trans/transvestite people; Visibility; Race; REPPAT.

Resumén: Este artículo analiza parte de la lucha política de la Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) para garantizar el derecho de las personas trans y travestis a existir en Belém-Pará. Las notas etnográficas se basan en datos de la investigación de campo realizada entre diciembre de 2018 y enero de 2020, haciendo hincapié en los eventos realizados para conmemorar el Día de la Visibilidad Trans en 2019 y 2020. Además, uso dos entrevistas realizadas a Rafael Carmo e Isabella Santorinne, ambos coordinadores de la REPPAT durante este período, que tratan sobre la creación y el trabajo de la Red en la ciudad. A partir de estos datos, las cuestiones de visibilidad y

¹ Uma primeira versão deste texto, com alguns dados da pesquisa de campo, foi apresentada no Simpósio Temático 38 – Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa, do 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), realizado entre 21 e 25 de outubro de 2019 em Caxambu-MG.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPG-SA-UFPa). Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (2013). E-mail: gleudson.gomes67@gmail.com.

raza se destacan en estos actos, lo que nos permite entender un poco sobre las actividades políticas de la ONG.

Palabras clave: Personas trans/travesti; Visibilidad; Raza; REPPAT.

Introdução

As discussões propostas neste artigo são parte de pesquisa de campo realizada entre os anos de 2018 e 2020. A pesquisa iniciou quando conheci Rafael Carmo³ no dia 16 de outubro de 2018, durante um evento no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH-UFPa). Rafael, um homem trans negro, foi um dos fundadores e coordenador da Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT), ONG criada em 2016 para reunir pessoas trans e travestis do Pará na luta por direitos sociais. Pessoas trans/travestis são entendidas aqui, de um modo geral, como o proposto por Jaqueline de Jesus (2012, p. 14): “pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”. Ainda de acordo com esta autora, as pessoas cisgênero são “pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 14).

A partir dos primeiros contatos com Rafael, passei a acompanhar as ações da REPPAT naqueles anos, principalmente dois momentos que serão aqui descritos, dois atos públicos ocorridos na cidade de Belém: o ato-manifesto “Ser Trans é resistência. Minha identidade é um ato político”, ocorrido no dia 27 de janeiro de 2019 e o II Piquenique Trans, ocorrido no dia 26 de janeiro de 2020, ou seja, antes do início da pandemia do coronavírus no Brasil. Ambos os eventos foram realizados em alusão ao Dia da Visibilidade Trans, comemorado no dia 29 de janeiro⁴, objetivando

³ Utilizo os nomes verdadeiros, tanto de Rafael Carmo quanto de Isabella Santorinne, com anuência de ambos e a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

⁴ Carvalho e Carrara (2013, p. 343) pontuam que o dia 29 de janeiro foi escolhido para a comemoração nacional da visibilidade trans/travestis devido à “construção da campanha ‘Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida’, lançada em 29 de janeiro de 2004 pelo Ministério da Saúde” e que extrapolavam a pauta de saúde voltada para esses grupos.

demarcar na capital paraense a existência de pessoas trans/travestis a partir da visibilidade desses corpos em espaços públicos da cidade.

Além das notas etnográficas sobre os atos, utilizo como material analítico duas entrevistas feitas com Rafael Carmo e Isabella Santorinne, mulher trans branca, na época também coordenadora da REPPAT e companheira de Rafael. Nas entrevistas, são abordados temas como a criação da Rede, a forma como se organiza e seus objetivos políticos, bem como as dificuldades encontradas na militância trans/travestis em Belém. As entrevistas foram realizadas em momentos distintos e dão conta de parte da ação política da REPPAT na cidade.

Quando olhamos para uma literatura antropológica sobre os movimentos LGBTQIAP+⁵ no Brasil (MACRAE, 2018; FACCHINI, 2005; CARVALHO; CARRARA, 2013) podemos perceber como, na trajetória de fundação e atuação desses movimentos, desde o surgimento do grupo Somos de Afirmação Homossexual em São Paulo (MACRAE, 2018), pessoas trans/travestis e negras (os) têm buscado um espaço na arena política em busca de direitos sociais, tendo que, por vezes, ir de encontro aos interesses desses movimentos mais amplos.

No Pará, os trabalhos de Milton Ribeiro (2017), Elson Silva (2014), Francisco Duarte (2015), Elton Rozário (2016), Amadeu de Deus (2017) e José Franco (2018) trazem dados sobre as organizações LGBTs no Estado. Com as narrativas de Rafael e Isabella sobre a REPPAT, pretendo contribuir para a construção desse histórico dos movimentos locais, enfatizando a atuação de grupos trans/travestis e suas pautas específicas, visto ainda haver poucas pesquisas especificamente sobre esse tema na literatura local.

O objetivo deste artigo, assim, é refletir sobre as questões em torno da visibilidade e da raça na ação política da Rede Paraense de Pessoas Trans em Belém a partir dos dados etnográficos.

⁵ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual e Pansexuais. O + simboliza as demais identidades possíveis.

cos, vislumbrado o “processo de cidadanização” (FACCHINI, 2020) dessas pessoas com base na organização e luta política. A “visibilidade” aparece como uma categoria central, no sentido de mostrar para o restante da sociedade local, e nacional, o que Rafael Carmo nomeia como “vivência de resistência” de pessoas trans e travestis. É também Rafael que enfatiza a dimensão racial quando trata de sua trajetória biográfica enquanto homem trans negro e leva esse debate para os espaços de diálogo da Rede.

Como já assinaléi, o artigo é composto por duas notas etnográficas nas quais são descritos os atos políticos organizados pela REPPAT em 2019 e 2020. Na elaboração dessas notas, foram utilizadas as técnicas da pesquisa de campo, com observação participante, diário de campo e registro de imagens via celular. Em seguida, apresento uma breve reflexão sobre a relação dos movimentos LGBTQIAP+ com os de trans/travestis e como a questão racial insere-se nesse debate. Na sequência, apresento as entrevistas realizadas com Rafael e Isabella sobre o surgimento da Rede, suas formas de ação e como a ONG vincula-se a um cenário nacional de lutas por direitos trans/travestis. Ao final, aponto as questões que são possíveis inferir a partir dos dados apresentados ao longo do texto, com ênfase na visibilidade e na raça, bem como comparações com o movimento mais geral e as demandas específicas das pessoas trans e travestis em Belém.

Transexualidades, raça e visibilidade

A descrição a seguir diz respeito ao ato político organizado pela REPPAT em 2019, que teve como tema: “Ser trans é resistência. Minha identidade é um ato político”. O evento fez parte da Semana de Visibilidade Trans, ocorrida naquele ano, principalmente nas dependências da Universidade Federal do Pará e na sede de outra ONG, a Organização da Livre Identidade e Orientação Sexual do Pará (OLIVIA). Entre as atividades estavam exibição de filmes, debates com pessoas trans/travestis, exposição de produções artísticas LGBTQIAP+, testagens de saúde, orientações jurídicas para alterações de documentos, reuniões com órgãos e representantes dos governos esta-

dual e municipal, entre outras.

a) Primeira nota etnográfica: Ato-manifesto de 2019

É uma tarde tipicamente ensolarada e quente de Belém no dia 27 de janeiro de 2019, por volta das 16h. Em frente ao Mercado de São Brás, um pequeno grupo de pessoas trans/travestis tenta armar uma barraca que servirá de suporte para o ato político a ser realizado naquele lugar. O local é comumente utilizado para diversas atividades, como ensaios de quadrilhas juninas, batalhas de rap, treinos de skatistas e, de alguns anos para cá, é onde finaliza a parada LGBTQIAP+ de Belém, além de outras formas de manifestações e atos públicos. Esse uso do lugar talvez se dê por ele localizar-se em uma das partes centrais da cidade, no bairro que dá nome ao mercado, no cruzamento entre as Avenidas Magalhães Barata e José Bonifácio. O local também guarda memórias dos tempos da *Belle Époque*, com seus traços arquitetônicos e calçamentos em pedras portuguesas, apesar do visível abandono por parte do poder público.

O ponto onde o coletivo está não é arborizado, deixando as pessoas expostas ao sol. Um pouco adiante, há algumas altas palmeiras imperiais que ornaram uma pequena praça, onde se podem ver dois monumentos com estátuas. Tanto estes monumentos como o próprio mercado são marcados por pichações e grafites. O espaço não é grande, porém, diante do reduzido número de pessoas presentes no ato, parece imenso.

Quando cheguei ao local, a princípio não vi ninguém, e pensei que não haveria mais o ato. Em seguida, avistei Rafael e Isabella (namorados e coordenadores da Rede Paraense de Pessoas Trans – REPPAT) com mais três pessoas tentando armar a barraca, que estava com algum problema. Após isso, foram amarrar uma grande bandeira trans entre duas palmeiras, como pode-se ver nas imagens a seguir. Dispus-me a auxiliar Isabella, pois o lugar onde a bandeira seria amarrada era alto.

Imagem 01: Ato em frente ao Mercado de São Brás, Belém-PA.

Fonte: Gleidson Gomes, 2019.

Imagem 02: Rafael fala sobre raça durante o Ato.

Fonte: Gleidson Gomes, 2019.

Resolvidas essas questões, colocaram músicas para tocar em uma caixa de som e, logo após, foi aberto o espaço para quem quisesse falar (sem microfone, pois o equipamento não estava funcionando). Algumas pessoas falaram em nome de suas organizações e em apoio à causa trans/travesti. Entre as falas, destaco a de Rafael Carmo, porque nela ele apontou para duas questões que me chamaram a atenção: a falta de apoio de outras organizações LGBT-QIAP+ no ato ali realizado, demonstrada pela pouca adesão de outras pessoas (havia algo em torno de 30 a 40 pessoas presentes no local); e, ainda dentro desse aspecto da falta de apoio, o tema específico da racialidade, que atravessa sua experiência: “Eu sou um homem trans negro, então, sinto falta do movimento negro presente nas nossas pautas trans (ele emociona-se ao

falar)” (GOMES, 2019, p. 67).

A chegada da noite trouxe consigo uma forte chuva. Algumas pessoas já tinham ido embora, mas outras continuaram bebendo e dançando na chuva. Aos poucos o ato foi chegando ao fim, até finalizar com a retirada da bandeira trans, amarrada no início do evento.

b) Segunda nota etnográfica: II Piquenique Trans de 2020

O II Piquenique Trans foi realizado no dia 26 de janeiro de 2020, na Praça da República, bairro da Campina, em Belém. O evento na praça ocorreu em um domingo de sol. Embaixo de uma grande árvore (samaumeira), quase na esquina da Rua Assis de Vasconcelos com a Rua da Paz, próximo ao Teatro da Paz, Rafael e Isabella colocaram uma enorme bandeira trans no chão (a mesma do ato de 2019), que serviu para as pessoas sentarem-se e ali confraternizarem. Quando cheguei ao evento, por volta das 09h30, estavam ainda apenas os dois. A ideia do Piquenique era que as pessoas trans pudessem estar juntas naquele dia, em alusão ao Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro).

Grande parte da comunicação do Piquenique foi realizada pelas redes sociais na internet. Cada pessoa poderia contribuir com algum alimento. Aos poucos as pessoas foram chegando, em sua maioria jovens, casais trans e alguns gays cis. No total, havia em torno de 30 pessoas sentadas sobre a bandeira trans, conversando, rindo, falando sobre suas vivências, como vemos nas imagens 03 e 04.

Imagem 03: Pessoas arrumando a bandeira trans para o II Piquenique na Praça da República, Belém-PA



Fonte: Gleidson Gomes, 2020.

Imagem 04: Pessoas conversando durante o Piquenique.



Fonte: Gleidson Gomes, 2020.

A praça estava movimentada, como de costume aos domingos, quando os impactos da pandemia não eram uma realidade sequer imaginada. As pessoas trans/travestis e também cis presen-

tes pareciam não ligar para o entorno do espaço, concentradas nas interações entre si. Em alguns momentos era visível o olhar questionador, ou de estranhamento, de algumas pessoas que passavam pela praça. Pais de família com suas crianças e esposas olhavam como que analisando do que se tratava aquele aglutinado de pessoas. Quando pareciam entender o que estava se passando, alguns esboçavam uma expressão de desagrado. Senhoras idosas, mulheres, jovens, todos olhavam para aquela confraternização em plena praça. Muitas pessoas também passavam e não se detinham no grupo. Em dado momento, um fiscal da prefeitura rondou o grupo, olhou, mas foi embora sem fazer nada. Outros grupos de jovens e famílias dividiam o chão da praça com seus piqueniques.

O que para muitas pessoas cis parece uma ação corriqueira (fazer um piquenique na praça pública), para as pessoas trans/travestis ganha um tom de ato político. A visibilidade é central enquanto pauta de luta do movimento trans geral, e também da Rede. A Praça da República é um local de grande movimentação de pessoas nos domingos de manhã, ideal para as pessoas trans/travestis serem vistas. O ato não teve um ar típico de manifestação, mas houve falas públicas. As pessoas trans/travestis estavam apenas lá, comendo, rindo, ouvindo músicas, usando o espaço da cidade pelo direito de estarem nela. A proposta era exatamente essa: mostrar as vivências trans/travestis em praça pública, como algo que compõe o cotidiano da capital paraense. Isso ficou evidente em uma fala de Isabella Santorinne, no início do piquenique:

Então, isso que a gente fez é realmente um ato de resistência. De vir para a praça para mostrar que nossos corpos também podem fazer parte desse ambiente. Por que a gente escolheu a Praça da República? Porque é um dia de domingo, têm várias famílias aqui, a gente sabe, né? República e Batista Campos são praças que dia de domingo dá muita família. Então, porque não vir para essa praça, botar o corpo pra chacoalhar, pra mostrar que nós existimos e a gente merece, sim, estar num local assim como esse, porque é nosso por direito (Isabella Santorinne, Diário de campo, 2020).

Além de destacar a importância do piquenique como um “ato de resistência”, Isabella também enfatizou que o evento era aberto, inclusive, para pessoas cis. Com o avançar da tarde, as pessoas presentes foram dispersando, até as últimas ajudarem na retirada da bandeira trans do chão.

Tensões entre o movimento LGBTQIAP+ brasileiro, a questão racial e os movimentos trans e travestis

As notas etnográficas descrevem duas ações da REPPAT em Belém, mas que reverberam questões históricas dentro do movimento LGBTQIAP+, como a questão racial e os conflitos internos com o restante da “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005), com a falta de apoio às pautas trans/travestis. Isso fica evidente quando voltamos nossa atenção para uma literatura antropológica sobre os movimentos de diversidade. De acordo com Facchini (2005), o surgimento do movimento homossexual, com o Somos de São Paulo, em 1978, iniciou um processo de organização de associações e entidades, como maior ou menor nível de institucionalização, em torno de identidades sexuais coletivas.

Na etnografia de MacRae (2018) sobre o grupo Somos, verifica-se os embates sobre a definição de como se deveria ser ou assumir homossexual, que resvalava em um preconceito com as chamadas “bichas pintosas”, as afeminadas e, por consequência, às mulheres trans e travestis. Em contrapartida, havia uma valorização da “aparência viril”, criada na cultura norte-americana (com barba, bigode, músculos). Nesse contexto, as travestis e transexuais eram vistas, tanto pelo movimento homossexual quanto pelas feministas, como “meros reprodutores” dos papéis sexuais.

A maioria dos homossexuais parece nutrir profundo desprezo e antipatia pelas travestis, alegando que estes simplesmente alimentam os preconceitos dos heterossexuais, segundo os quais todo homem homossexual desejaria, na verdade, virar mulher. Mesmo a chamada “bicha pintosa” já sofre essa discriminação. As travestis respondem às críticas alegando que são elas os verdadeiros homossexuais assumidos; e que sempre formaram a vanguarda, abrindo novos espaços, sem medo de enfrentar as repressões mais violentas (MACRAE, 2018, p. 126).

Esse embate estava ligado à outra questão central: a construção do “modelo igualitário”⁶,

⁶ Fry (1982) identifica dois sistemas de representação: um “hierárquico”, no qual o “macho” tem dois papéis, homem (masculino) e bicha (feminino). Nesse sentido, as relações sexuais desse sistema seriam mais hierárquicas e de dominação, predominando principalmente no Norte e no Nordeste, que depois o autor chamará de “Brasil popular”; o outro sistema seria o “igualitário”, visto na classificação da homossexualidade que havia entre a classe média e os movimentos organizados, pautada a partir da identidade do que na época era chamado “entendido”. Esse sistema de

como pensado por Fry (1982), nas relações homossexuais, em oposição ao “modelo hierárquico”, resultando nas críticas às travestis e transsexuais. Como relata MacRae (2018, p. 209): “Entre os militantes homossexuais, tanto do Somos quanto da maioria dos outros grupos que surgiram no Brasil, as noções de ‘ativo’ e ‘passivo’ eram ridicularizadas”. Em 1983 o Somos desfaz-se, já na época em que a AIDS começa a aparecer.

A etnografia de Facchini (2005) está centrada no Grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais (COR-SA), entre os anos 1997 e 2000. Nesse período as ONG’s já eram “uma forma de ativismo mais institucionalizado, no sentido de que conformavam entidades com direções formais, que deveriam ter registros de estatuto e personalidade jurídica” (FACCHINI, 2005, p. 22). A autora aponta que, durante a pesquisa, em 1997, não percebia uma organização militante de transexuais. No Corsa, por exemplo, nesse período não havia travestis no grupo.

Em 1980 ocorrem os primeiros encontros de organizações homossexuais que desembocaram na fundação em Curitiba, em 1995, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)⁷. Facchini (2005) nota a presença de três grupos de travestis entre os 32 grupos presentes no evento. Em parceria com o Ministério da Saúde, esse encontro tematizou as experiências de travestis e transsexuais em questões como o combate à AIDS. Além disso, ocorreu também a inclusão do termo “travesti” na sigla do movimento (FACCHINI, 2005, p. 127), apesar de em 1993 ter sido realizado o Encontro Nacional de Travestis, organizado pela Associação de Travestis e Liberados – Astral (RJ). Outro encontro ocorreu em 1997, o II Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis que trabalham contra AIDS (EBGLT-Aids) e o IX EBGLT, que tiveram presença de quatro grupos

classificação não se baseava necessariamente na hierarquia masculino-feminino, mas pautava-se pela simetria e pela igualdade.

⁷ Atualmente designada como Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Interse-xos, a ABGLT atua até o presente.

de travestis e um de transexuais. Em 1995, teria sido criado, dentro do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), o Grupo Brasileiro de Transexuais.

Carvalho e Carrara (2013, p. 321) consideram que os primeiros grupos ativistas de travestis e transexuais no Brasil estão relacionados ao enfrentamento da AIDS e ao combate à violência policial. Além disso, os autores analisam “dois processos de disputa”: inclusão das travestis no movimento homossexual dos anos 1980-1990 e os “sentidos e usos” dos termos trans e travesti. Eles identificam que nos anos 1960 predominava a visão do passivo como feminino, como sugeria o “modelo hierárquico” (FRY, 1982), e “travesti” ainda não era uma categoria identitária.

As *bichas* usavam “indumentárias femininas” em festas e concursos, como nos “bailes travestis” do Rio de Janeiro, e diziam “ter um travesti” ou estar “em travesti” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 322). Ainda nos anos 1960, surgiria o *entendido*, descrito como “homens que se relacionam com outros homens”, oriundo do modelo igualitário. O que antes era distinção entre *bichas* e *entendidos* passou a ser entre *homossexual* e *travesti*, com as travestis sendo vistas como “o outro poluído” ou próxima da “‘bicha’ exagerada”. Para Carvalho e Carrara (2013), é nesse processo que “travesti” se torna categoria identitária. A construção da categoria transexualidade seria posterior, entre os anos 1990 e 2000.

Dentro do contexto dos modelos de organização travesti sugeridos por Carvalho e Carrara (2013), quais sejam, a auto-organização frente a violência policial nos locais de prostituição e a derivada da ação de ONG’s homossexuais ou ligadas ao combate à AIDS, em 1992 um grupo de travesti que se prostituía na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, reuniu-se para organizar a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), com objetivo de impedir a prisão das travestis. Para os autores:

As organizações políticas de travestis e transexuais surgem num momento em que as políticas de AIDS já incluíam termos como *advocacy*, *peer education* e *empowerment*. O termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa, e é amplamente utilizado pelo movimento LGBT. Os outros dois termos, traduzidos como “educação por pares” e “empoderamento”, fazem parte do vocabulário militante de nossas entrevistadas. É interessante

notar que esse vocabulário, nele incluídas certas ideologia e práxis política, originário das respostas à epidemia da AIDS, torna-se fundamental nas elaborações políticas do movimento de travestis e transexuais (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 328).

Em 1993, a ASTRAL organiza o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), no Rio de Janeiro. Em seguida surgem outros movimentos, como a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), depois rebatizada de RENATA (Rede Nacional de Travestis). Em 2000, em Curitiba, cria-se uma rede nacional de ONG's, a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), com 80 organizações filiadas.

Carvalho e Carrara (2013) atestam que até os anos 1990 travestis e transexuais não estavam no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Como referi anteriormente, foi somente em 1995 que organizações de travestis participaram do VIII EBGL e, em 1997, é incluído na sigla oficial do movimento. O “T”, na época, referia-se à travesti, o transexual viria em meados de 2000, apesar de em 1995 ter sido criado o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT), atuante até 1997. É em 1997 que o termo “transexual” entra em debate, e nesse período dos anos 1990 e 2000, a noção de “identidade de gênero” incorpora-se nas discussões.

O termo tornou-se “elemento fundamental na consolidação da distinção identitária entre travestis e transexuais, de um lado, e gays, lésbicas e bissexuais, de outro” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 333). As travestis e transsexuais também se referem à uma “grande distância social” (em questões como escolaridade, condições de trabalho) e outros conflitos com o movimento LGBT. Um reflexo disso estaria no fato de que somente na gestão de 2010/2013 da ABGLT uma travesti ocupou cargo de diretoria executiva⁸, para além de cargo de vice-presidente trans (CAR-

⁸ Os autores explicam que: “Fruto desses embates históricos, a diretoria da ABGLT é constituída de modo peculiar, uma vez que é composta por uma presidência e dois cargos de vice-presidente, sendo um destinado às lésbicas e outro às travestis e transexuais. A ausência de uma vice-presidência destinada a gays parece indicar que a presidência seria naturalmente ocupada por eles” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 336). A gestão atual da ABGLT tem como presidente a mulher trans, Sammy Larrat.

VALHO; CARRARA, 2013).

A partir dos anos 2000 surgem organizações especificamente de pessoas trans. Devido às divergências, alguns ativistas afastam-se do movimento LGBT e passam para os espaços de “políticas para mulheres”. Entretanto, isso gera críticas às trans que, após a cirurgia, abandonam a militância ou migram para questões femininas. Os autores consideram que, pela história do movimento trans, há uma forma de “empoderamento tutelado” (na relação dos movimentos com o Estado), que viria a mudar com a maior participação política das ONG’s. Apesar do crescimento e amadurecimento do movimento, haveria também um “momento de tensão”, visto a criação de novas organizações, como a Rede Nacional de Pessoas Trans (Rede Trans Brasil). Aos poucos se fortalece o uso da noção de “pessoas trans”, como uma forma de aglutinar travestis e transexuais. Em 2010, no XVII ENTLAIDS, há um fortalecimento do uso do termo “trans” em substituição a travestis e transexuais. Isso, porém, causa disputas internas, visto que o uso de “pessoas trans” invisibilizaria as travestis.

Outro ponto a ser observado nessas breves reflexões sobre os movimentos LGBTQIAP+ é sobre a questão racial. Como vimos, a tensão com as pessoas trans e travestis fez com que, por longo tempo, essas mesmas pessoas não integrassem esses grupos iniciais. A questão racial, assim, nesse período, estava muito mais voltada para os homossexuais negros que, por conta da racialidade, levantavam debates tanto no então denominado movimento homossexual, quanto nos movimentos operários e negros, quando se tratava da sexualidade.

No Grupo Somos, por exemplo, havia tensões em relação à racialidade negra, por parte dos homossexuais negros, que podem ser vistas como similares a apontada por Rafael durante o ato de 2019. O grupo Somos, apesar da tentativa de criar uma “comunidade de iguais” (MACRAE, 2018, p. 305) que unificasse os integrantes a partir da “opressão comum” em torno da sexualidade, experimentou “rachas” tanto por parte das lésbicas que compunham o grupo, quanto pelos

homossexuais negros, que falavam em uma “dupla militância” (MACRAE, 2018, p. 306) porque sofriam também uma dupla discriminação, ou seja, racial e de sexualidade, no caso dos negros. Nesse período, do lado das entidades negras, ocorria o preconceito contra os homossexuais negros, tachados de “vergonha da raça” ou acusados de sofrerem de um “vício de branco” (MACRAE, 2018, p. 332), isto é, a homossexualidade.

Algo similar ocorreu no grupo Corsa, estudado por Facchini (2005, p. 216), que criou uma coordenadoria de negros, visto que “de fato era uma parte considerável do grupo no ano de 1997”. Isso, entretanto, não evitou que ocorresse um “racha” no grupo, com a saída dos militantes negros para a formação de um grupo específico de homossexuais negros. Esse “duplo pertencimento” a que se refere Facchini (2020, p. 39) fazia com que lésbicas e negros não se sentissem acolhidas(os) nos movimentos homossexuais.

Estes breves apontamentos demonstram que a questão racial, apontada por Rafael sobre as pessoas trans/travestis em Belém em relação aos movimentos de pessoas negras, não é algo novo no cenário dos movimentos LGBTQIAP+. Desde o surgimento do movimento, que ainda era denominando apenas como movimento homossexual, as tensões com a racialidade estavam presentes. Ao que parece, com o avançar das organizações, chegando ao movimento de pessoas trans e travestis, a raça ainda é uma questão a ser levantada e debatida no interior desses grupos.

Rafael, por ser um homem trans negro, encabeça esses debates dentro da REPPAT. Isso pôde ser visto durante a Semana de Visibilidade Trans de 2019, na qual ocorreram atividades voltadas especificamente para o debate racial. Além disso, por seu afincamento nas discussões sobre transexualidades e raça, Rafael também foi Coordenador de Raça e Etnia da Rede Trans Brasil, no momento ocupando o cargo de vice-presidente da referida ONG.

O Movimento LGBTQIAP+ paraense e a Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT)

A Festa da Chiquita, que ocorre no período da festa católica do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém (mês de outubro), é apontada por Silva Filho (2012) e Rozário (2016) como o início do movimento LGBTQIAP+ na capital paraense, tendo um caráter cultural. A festa teria sido criada entre 1975 e 1976 com o nome “Festa da Maria Chiquita”. A Chiquita, assim, reunia:

[...] um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos, curiosos, etc. No entanto, era apenas um bloco carnavalesco. Porém, a partir de 1978, ano em que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação, e devido às mudanças na estrutura e organização, a Chiquita transformou-se num dos eventos não-religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio de Nazaré (SILVA FILHO, 2012, p. 10)

De acordo com Rozário (2016, p. 70), a institucionalização do movimento LGBT em Belém surge a partir do Movimento Homossexual de Belém (MHB), criado no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, por um grupo de *gays* organizados que tinha como objetivo “criar estratégias de enfrentamento a um conjunto de violações de direitos aos cidadãos LGBT’s”. Já em 1992 o MHB aparece como um dos grupos participantes do VI Encontro Brasileiros de Homossexuais, ocorrido no Rio de Janeiro (FACCHINI, 2005).

Rozário (2016) aponta também que outro marco importante para a formação do MHB foi a realização do Congresso da Cidade, ainda na gestão de Edmilson Rodrigues, entre 1997-2000. A partir de então, o MHB realizou o I e II Congresso de Homossexuais de Belém, nos anos de 2001 e 2002. Segundo Rozário (2016), o mesmo MHB organizou a primeira parada LGBT de Belém em 28 de junho de 2002. Este autor aponta ainda que em 2004 foi criado o Grupo de Travestis e Transexuais da Amazônia (GRETТА), o primeiro voltado especificamente para a cidadania de travestis e transexuais em Belém e ativo até o presente. Na bibliografia local há poucas pesquisas direcionadas para o movimento de trans e travestis no Pará, ocorrendo apenas menções, como ao GRETТА feita por Rozário (2016).

Ao tratar da violência homofóbica em Belém, Silva (2014, p. 37) destaca que: “A grande

maioria das lideranças [do movimento LGBT no Pará] é formada por Homossexuais (70,83%) seguida por lésbicas e travestis (12,50%)”. Enfatizando a trajetória da psicóloga e mulher trans Lyah Corrêa e a relação entre transexualidade e processos de escolarização, Duarte (2015) também não aborda os movimentos trans e travestis no Estado. Na pesquisa de Deus (2017), sobre envelhecimento de mulheres trans e travestis em Belém (inclusive do GRETТА), não há uma reflexão sobre organização política. Por fim, Franco (2018), escrevendo sobre a lutas por direitos civis de LGBTs, apesar de citar a atuação do GRETТА no movimento geral, não aborda nada específico sobre o grupo.

É pensando na contribuição para um certo registro histórico desses movimentos que, a seguir, trato da criação da REPPAT a partir das entrevistas que realizei com Rafael e Isabella, então fundadores e coodenadores da Rede. A ONG local surgiu a partir de um *workshop* promovido em Belém pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (REDETRANS Brasil), em 2016. Essa Rede nacional, citada por Carvalho e Carrara (2013), foi fundada em 2009 na cidade do Rio de Janeiro, posicionando-se como uma “instituição nacional que representa pessoas Travestis e Transexuais do Brasil”. Além disso, a entidade coloca-se como:

[...] instrumento de expressão da luta pela garantia dos direitos humanos e cidadania plena de Travestis e Transexuais masculinos e femininos contra quaisquer formas de discriminação, além de priorizar o fortalecimento de políticas públicas governamentais nas três esferas e a garantia de uma legislação a nível das três esferas que ampare nossa comunidade.⁹

Na época da pesquisa de campo, a Rede Trans Brasil tinha como presidenta a mulher trans Tathiane Araújo. Rafael Carmo integrava a Coordenação de Raça e Etnia e Isabella Santorinne a Coordenação de Saúde. A sede atual da Rede Trans Brasil localiza-se em Aracaju (SE). No contexto local, a REPPAT não possuía sede física e articulava aproximadamente 30 jovens trans/travestis paraenses com “o intuito de lutar e representar as demandas de pessoas transexuais e travestis do

⁹ Informações disponíveis em: <http://redetransbrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Estado do Pará”, como consta em sua página no *Facebook*¹⁰. Quando perguntada sobre o número de pessoas filiadas à Rede Paraense, Isabella diz não haver um número exato e que boa parte do contato com as pessoas trans do interior do Estado do Pará dá-se via redes sociais na internet.

Olha, não sei te dizer. Assim, a gente tem um grupo no *Whatsapp*. Mas nem todas as pessoas filiadas à nossa rede estão no grupo de *Whatsapp*. Mas se for contar, pegar a ficha de filiação, acho que tem mais de trinta. Porque como eu falei, não é só capital, é interior do estado também, tem muitas pessoas do interior do estado que nunca vieram numa reunião com a gente, mas que acompanha a gente pelo *Facebook* e fala: “poxa, quero me filiar, quero fazer parte dessa família”. Então do interior do estado tem bastante gente também (Isabella Santorine, Entrevista, 2019).

A fundação da REPPAT, assim, está vinculada ao trabalho da Rede Trans Brasil, de onde surgiu a proposta de as pessoas trans do Pará fundarem uma ONG no Estado. Na narrativa de Isabella, a necessidade de uma organização estaria ligada à luta por direitos e visibilidade, além de uma maior “credibilidade” diante de outras instituições.

É, a Rede surgiu através do *workshop* da Rede Trans Brasil. A Rede Trans Brasil é uma ONG nacional que tá aí lutando por políticas pra pessoas trans, pra visibilidade de pessoas trans, tem muitas cadeiras no Governo de pessoas trans que assumem, enfim. Através desse *workshop* da região Norte nesse ano (acho que foi ano de 2016, né? Foi em 2016?) foi em 2016 aqui em Belém o *workshop* da região Norte, então tinha representante de todo o Norte, pessoas trans daqui. E a gente, tinha várias pessoas unidas assim que faziam rolê, mas não tinha uma instituição que a gente pudesse falar: “sou de tal instituição, que é uma instituição trans”. E aí, terminou esse *workshop* que foi aqui em Belém na região Norte, e a presidente da Rede Trans falou: “Por que vocês não criam uma instituição? Vocês são tantas pessoas trans aqui em Belém, porque vocês não fazem uma instituição pra que vocês possam realmente lutar pelo direito de vocês com mais voz e falar ‘sou de tal instituição’, porque quando você é só uma pessoa física - ela não falou credibilidade - mas, não tem tanta credibilidade como o peso de uma instituição”. Você chegar numa escola e dizer: “sou Isabella, sou trans e quero esse direito”, as pessoas não... Não... “Eu sou Isabella, eu sou coordenadora da Rede Paraense de Pessoas Trans, uma ONG estadual” é um peso maior. Ela falou: “Por que vocês não fundam essa ONG?” E aí, nós conversamos com outras pessoas trans e: “Vamos fundar essa ONG? Vamos trabalhar juntos?”. E em 2016 nós fundamos a Rede Paraense de Pessoas Trans no intuito de agregar essas pessoas trans que estavam muito dispersas e também por não ter uma ONG estadual. Eu falo es-

¹⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/RedeParaensedepessoasTrans/about/?ref=page_internal. Acesso em: 05 ago. 2019.

tadual porque não abrange só Belém. Não existe só pessoas trans só em Belém. Então, que agregasse toda essa população, essa galera trans, travestis, transexuais e homens trans pra realmente, a gente correr atrás dos nossos direitos, né? E aí foi fundada a Rede Paraense de Pessoas Trans com o intuito de dar essa visibilidade a essas pessoas da capital, dos municípios, do interior do Estado e pra que realmente, tivesse representatividade nos espaços do governo do Estado, do município, nas cadeiras de conselho, porque realmente não tinha. Então, a população trans era bem invisibilizada. (Isabella Santorine, Entrevista, 2019).

Rafael Carmo lembra que, antes da criação da Rede Paraense, houve uma tentativa de criar outra organização, somente de homens trans. Porém, essa primeira iniciativa não deu certo, devido a problemas entre as pessoas que compunham aquele movimento inicial.

Assim, como eu te falei, antes da Rede eu já tinha participado do... fui um dos fundadores do coletivo que era só de homem trans e aí depois já não tava mais dando certo, e aí cheguei a me inserir em outra... a gente tentou fazer, num primeiro momento, outra ONG, que era pra englobar homens e mulheres trans, só que não deu certo porque, assim, tinha outras pessoas que não eram é... como posso dizer?... elas não queriam de fato ajudar a comunidade, elas queriam se autopromover, promover a sua própria imagem. E aí, o que acontece?, não deu muito certo e a gente acabou saindo dessa outra ONG por no começo ter muita disputa de ego das pessoas, de querer se autopromover, de querer tá em cargo e não sei o que (Rafael Carmo, Entrevista, 2018).

Na narrativa de Rafael, além de tratar sobre a fundação da REPPAT a partir do já citado *workshop*, ele destaca a distribuição da coordenação entre três pessoas: um homem, uma mulher trans e uma travesti:

E aí foi que depois do *workshop* a gente pensou em tentar mais uma vez né?, fazer uma ONG e tal, tal, e aí foi que a gente teve toda uma orientação da nossa presidente nacional, da Rede Trans Brasil, que é a Tathiane, e ela falou: “por que vocês não fundam uma coisa nova? Vocês são jovens e os jovens trans tão seguindo vocês, pra onde vocês... se vocês repararem, eles não tão querendo mais esse pessoal da militância antiga que não compreendem. Vocês são jovens, vocês vão alcançar um público maior”. E aí foi que a gente fundou a Rede né?, em 2016, em novembro de 2016 né?, então a gente já tá em 2 anos de ONG. E, assim, atualmente eu sou um dos coordenadores, a gente é uma coordenação que é formada por três pessoas, eu sou um dos coordenadores, que é um homem trans, que sou eu; aí tem uma mulher trans, que é a Isabella, e tem uma travesti, que é a Duda, Duda Lacerda. E aí a gente, tipo, tá a frente da Rede. (Rafael Carmo, Entrevista, 2018).

Outro ponto abordado na fala de Rafael é a forma de atuar da Rede, voltada para o acolhimento de pessoas trans no Pará em suas diversas demandas e questões:

E a nossa ONG, ela trabalha muito com essa questão do acolhimento das pessoas trans, a gente recebe muitas demandas assim, de orientação mesmo de retificação; passou por transfobia, o que que a pessoa tem que... deve fazer, aí a gente encaminha pros locais que são responsáveis. A gente também tem momentos de convivência, de troca de experiências né?, que nem sempre a gente marca reunião, assim, pra falar de coisa séria, às vezes a gente marca pras pessoas se ouvirem, compartilharem, né? A gente tem esses momentos de formação, a gente marca rodas de conversa que são formativas, pra levar informações pra essas pessoas, pra discutir certos temas: a questão do machismo entre homens trans, a questão racial, pessoas trans negras e tal. Então a gente tem muito esses debates, né? de... de empoderar essas pessoas que estão na Rede e essas pessoas acabam levando esse conhecimento pra outras pessoas, que às vezes não fazem parte da ONG, mas precisam dessa ajuda, então é muito esse o papel da Rede (Rafael Carmo, Entrevista, 2018).

Rafael, assim como Isabella, pontua a atuação da Rede em conjunto com órgãos do Estado, comitês e fóruns de debate de questões LGBT no Pará, destacando a inserção dos militantes da Rede nesses diversos espaços de debate e criação de políticas públicas locais voltadas para a população LGBTQIAP+. Entretanto, pelo fato de a Rede ser nova e composta principalmente por jovens, Rafael fala do “descrédito” dos militantes mais antigos em relação à REPPAT:

E hoje a gente consegue estar em espaços de governo, posso dizer assim. Eu, atualmente, eu sou conselheiro da diversidade, eu o primeiro homem trans que consegue vaga no Conselho da Diversidade, representando o segmento de pessoas trans, porque antes só eram as mulheres trans, né? Então, eu tô dentro desse espaço e a gente sempre tá procurando levar as demandas da população trans, dos homens trans que, querendo ou não, são muito invisibilizados ainda, né? A gente tá em espaços, por exemplo, de comitê de combate a lgbtfobia e crimes discriminatórios, que também um homem trans como titular, que também é da nossa Rede. A gente hoje tá também na coordenação do movimento LGBT do Estado, que é a Duda e a Isabella; a Isabela no segmento de trans e a Duda de travestis. Então são pessoas que tão a frente da coordenação do movimento do Estado do Pará como um todo. Então, apesar da gente ter pouco tempo de fundação da ONG, mas a nossa militância não tem o mesmo tempo da ONG, a gente já vem militando antes e ganhando os nossos espaços. Apesar de muitas vezes a gente tem o descrédito porque a gente é jovem, então tem muitas pessoas da militância que tem mais idade que a gente, e tipo acham que a gente não dá conta do recado, por a gente ser jovem, né? E hoje a nossa ONG é constituída por pessoas trans jovens, como eu posso dizer, a maioria das pessoas que tão, são o público jovem né?, são poucas pessoas, assim, que já têm, assim, sei lá, 30 anos, não sei, acho

que só a Duda, acho que só a Duda mesmo né? Tem outras que são próximas, mas assim, no geral é a população jovem que tá na nossa ONG né?, até por tá desacreditado dessa forma antiga de fazer militância né? (Rafael Carmo, Entrevista, 2018).

Isabella enfatiza também a atuação da REPPAT junto aos outros movimentos e órgãos estatais, no sentido de buscar políticas públicas voltadas para essa população, tanto da capital quanto de outros municípios do Pará:

Então através da Rede Paraense de Pessoas Trans a gente conseguiu espaço, tanto na segurança pública, tanto na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, enfim, diversos outros espaços tanto estadual, municipal e nacional, porque tem pessoas da Rede Paraense de Pessoas Trans que representam nossa Rede nacionalmente em cadeira no Governo Federal. E assim, a nossa Rede veio pra isso: pra mostrar que nós existimos, buscar políticas públicas pra nossa população, pra agregar essas pessoas trans que também no interior do estado, temos filiados em Tucuruí, Marabá, Santa Izabel, Marituba, enfim, não só a capital, abrange todo o Estado. E foi bem pra isso, pra juntar essa galera trans que realmente tava muito dispersa ainda (Isabella Santorinne, Entrevista, 2019).

Além de parcerias com órgãos internacionais, como o UNICEF, Rafael pontua que a Rede procura atuar em espaços de militância e do governo no sentido de buscar melhorar a vida de pessoas trans do Pará apontando, cada vez mais, a necessidade da construção de políticas públicas específicas para pessoas trans e travestis:

A gente não tem, tipo, recursos próprios da ONG, dinheiro e tal, mas... e nem sede, mas a gente sempre ajuda no que a gente pode, sabe? É, doar roupa, é, às vezes, dar abrigo; às vezes as pessoas se acolhem: “olha, foi expulso e tal”. Aí às vezes passa algumas noites na casa de fulano e tal, aí depois na casa de sicrano e tal, e assim vai, sabe? A gente tem muito esse espaço de acolhimento e troca de informação, então acho que a nossa ONG hoje ela é isso, ela é uma ONG que ela procura politizar as pessoas trans e também procura estar dentro desses espaços em que a gente vai poder ser ouvido pelo poder público, entendeu?, pra tá sempre melhorando os serviços que são ofertados pra nossa população trans e pra população LGBT como um todo, a gente tem essa função de tá dentro desses espaços da militância e de governo, pra poder articular a melhora dos nossos serviços e garantir as nossas políticas públicas (Rafael Carmo, Entrevista, 2018).

As falas de Rafael e Isabella sobre a atuação da REPPAT nos dão um ponto de vista sobre o cenário vivenciado por pessoas trans/travestis em Belém. Enfatizo aqui as questões de visibilidade e raça por estarem no centro dos atos realizados em 2019 e 2020, mas as pautas da ONG vão

muito além desses dois pontos, apesar de estarem vinculados com eles, como veremos no tópico seguinte.

A REPPAT e as questões de visibilidade e raça em Belém (Considerações finais)

A partir das notas etnográficas, da literatura antropológica sobre os movimentos LGBT-QIAP+ no Brasil e em Belém e das entrevistas com Rafael e Isabella, podemos pensar algumas questões em torno da visibilidade e da raça na atuação política da Rede Paraense de Pessoas Trans. No ato-manifesto de 2019, tanto visibilidade quanto raça foram tematizados, entretanto, destaco a questão racial por levar em consideração, principalmente, a vivência de Rafael Carmo.

No período em que dialoguei com ele, transexualidade e raça sempre foram pontos chaves na sua trajetória de vida, visto que a sua passabilidade¹¹ enquanto homem trans é também experimentada a partir da leitura racial (invariavelmente racista/preconceituosa) que fazem de seu corpo na sociedade belenense. Ou seja, ao transitar de gênero de um corpo lido socialmente como feminino, portanto como uma mulher negra, Rafael sofria o racismo, entre outras maneiras, na forma de assédio ao seu corpo. Quando ele passa a ser lido como um homem cis negro, o racismo enquadra-o como perigoso, marginal. Como afirma Santana (2019, p. 98), os homens trans negros acabam “vivenciando a passabilidade cis através do racismo”.

Como coordenador da Rede, Rafael levanta esses debates nos espaços organizados da ONG. Em outros momentos da Semana de Visibilidade Trans de 2019 a questão racial foi apontada, culminando com a fala dele durante o ato político. Por ter uma vivência que intersecciona transexualidade e raça, Rafael leva para o campo das lutas políticas trans/travestis da REPPAT o debate sobre o racismo, intentando, inclusive, a construção de outras formas de masculinidade trans que não se baseiem na forma da “masculinidade tóxica” estabelecida historicamente por

¹¹ A discussão sobre a passabilidade é ampla e complexa, porém, de um modo geral podemos entendê-la como o modo como pessoas trans/travestis conseguem modificar seus corpos a ponto de as performances ficarem “iguais” a do gênero com o qual se identificam, com isso *passando-se* socialmente por pessoas cis.

parte dos homens cis brancos (GOMES; PENICHE, 2023). A questão racial, assim, parece ser um elemento a mais para além do “binômio violência policial/AIDS” apontado por Carvalho e Carrara (2013) quando do surgimento dos movimentos trans/travestis.

A visibilidade está no cerne do ato-manifesto e do piquenique, realizados pela Rede. O tema da visibilidade trans/travestis é geral no movimento nacional, iniciado em 2004, tendo por objetivo demonstrar para a sociedade abrangente a existência das pessoas trans/travestis e, principalmente, garantir para essas pessoas o lugar de sujeitos de direitos, entre eles à educação, à saúde, à empregabilidade e, inclusive, o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), à utilização dos espaços, neste caso de Belém, como locais que também pertencem às trans e travestis.

Isso fica evidente na fala de Isabella durante o piquenique na Praça da República em Belém, mas também aparece em outra fala de Rafael quando ele afirma a necessidade dessas pessoas serem vistas “em plena luz do dia” (GOMES, 2023) e não apenas na noite, nas esquinas, quando se trata principalmente do estigma que recai sobre as mulheres trans/travestis, que são quase sempre associadas à prostituição. A visibilidade, assim, tem a ver com demonstrar para a sociedade que essas pessoas existem, têm o mesmo estatuto de humanidade (BUTLER, 2017) que as pessoas cis e têm o direito de ocupar espaços sociais (inclusive de poder e de outras formas de representatividade) como quaisquer outras/os cidadãs/ãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DEUS, Amadeu Lima de. “*SOMOS VETERANAS!*”: As experiências do tempo vivido a partir das narrativas e das memórias de mulheres travestis e transexuais. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará: Belém, 2017.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. *As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará: Belém, 2015.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad* n o 14, Rio de Janeiro, IMS- UERJ, CLAM, Dossier no 2, 2013, pp.319-351. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872013000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 ago. 2019.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? : movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. (p. 31-70)

FRANCO, José Luiz de Moraes. *Cores e Dores do Movimento LGBT de Belém do Pará: trajetória, participação e luta*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará: Belém, 2018.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos; 26).

GOMES, Gleidson Wirllen Bezerra. “*Vivência de Resistência*”: a Rede Paraense de Pessoas Trans na luta por visibilidade e direitos em Belém –Pará. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) –Universidade Federal do Pará: Belém, 2019.

GOMES, Gleidson Wirllen Bezerra; PENICHE, Laurenir Santos. Raça e transmasculinidade em Belém-PA: trajetória biográfica de Rafael Carmo. In: *Revista África e Africanidades* (Dossiê Estudos sobre homens não-brancos). Ano XVI – ed. 46, maio 2023 (p. 45-57). Disponível em: https://africaeafrikanidades.com.br/documentos/Dossie_Estudos_sobre_homens_ao_brancos.pdf. Acesso em: 23 agosto 2023.

GOMES, Gleidson Wirllen Bezerra. *Olhares da/na ci(s)dade: transexualidades/travestilidades, raça e práticas nos espaços citadinos de Belém - PA “em plena luz do dia”*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará: Belém, 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

RIBEIRO, Milton. Homossexualidades e questões LGBT: pesquisas e produção de conhecimento na Amazônia paraense. In: MEDEIROS FREITAS, Marlene Rodrigues. *Direitos Humanos e Edu-*

cação Básica: vivências e perspectivas. Belém: Marlene Rodrigues Medeiros Freitas – Universidade Federal do Pará, 2017, p. 33-59.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. *Para além das plumas e paetês: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará: Belém, 2016.

SANTANA, Bruno. Pensando as transmasculinidades negras. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo de (Orgs.). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 95-104.

SILVA, Elson Luiz Brito da. *Violência Homofóbica e os novos movimentos LGBT*. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Universidade Federal do Pará: Belém, 2014.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da. A Filha da Chiquita Bacana: uma etnografia da Festa da Chiquita em Belém do Pará. In: *36º Encontro Anual da ANPOCS*, 2012, Águas de Lindóia-SP. Anais eletrônicos... Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8229&Itemid=76>. Acesso em: 05 ago. 2019.

